



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICA PÚBLICA EM PARINTINS-AM

Environmental education and public policy in Parintins – AM

Antônia Mara Raposo Diógenes¹

Andreza Gomes Weil²

Elenise Faria Scherer³

Resumo: O artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, o qual realizou em 2015 o mapeamento das instituições de ensino em Parintins-AM que registram em seus documentos oficiais, o trabalho com Educação Ambiental (EA). Tivemos por objetivo analisar como vem sendo desenvolvida a EA formal no município. O material constituído com a pesquisa contribui com o debate sobre a EA formal desenvolvida no âmbito do município, bem como serve de subsídio para fomentação e, (re)formulação das políticas públicas em EA. Procedemos o estudo documental da Política Pública Municipal de EA em relação as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e, realizamos o mapeamento das instituições formais de ensino que trabalham com EA. Há ações de EA em dez escolas no município de Parintins, sendo quatro escolas da rede estadual – anos iniciais e, seis escolas da rede municipal. Os resultados apontam para necessidade de ações educativas em EA voltadas a todas as instituições educacionais do município e, para uma reflexão sobre o currículo, formação docente e, política de EA que trabalhe no enfrentamento dos problemas socioambientais existentes na cidade.

Palavras-chave: Educação ambiental. Política pública. Sustentabilidade

Abstract: The article is the result of a qualitative exploratory research, which carried out in 2015 the mapping of educational institutions in Parintins-AM that record in their official documents like the Environmental Education (EE) works. We aimed to analyze how formal EE has been developed in the municipality. The research material contributes to the debate on formal EE developed within the municipality, as well as serves as a subsidy for fomentation and reformulation of public policies in EE. We conducted the documentary study of the EE Municipal Public Policy in relation to the guidelines of the National Policy of Environmental Education (NPEE), and mapped the formal educational institutions work with EE. There were actions of EE in ten schools in the municipality of Parintins, with four schools in the state network – kindgarden schools and six schools in the municipal network. The results point to the needing for educational actions in AE aimed at all the educational institutions of the city and, for a reflection on the curriculum, teacher training and, an EE policy that works in facing the socio-environmental problems existing in the city.

Keywords: Environmental education. Public policy. Sustainability

Como citar este artigo: DIÓGENES, A. M. R.; WEIL, A. G.; SCHERER, E. F. Educação Ambiental e Política Pública em Parintins-Am. *Areté - Revista Amazônica de Ensino de Ciências*, Manaus, v.10, n.21, p. 165–172, Número especial, 2017.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: antoniaraposo@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: andrezaweil@gmail.com

³ Doutora em Política Social e em Serviço Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: elenisefaria@gmail.com

Introdução

O artigo constitui material teórico que pode vir a contribuir com o debate sobre a Educação Ambiental (EA) formal, fomentação e/ou (re)formulação das políticas públicas educacionais baseados em uma pedagogia crítico-emancipatória de EA, tendo como área de estudo o município de Parintins-AM. Na busca do alcance de nossa finalidade, traçamos como objetivo analisar como vem sendo desenvolvida a EA formal no município de Parintins-AM.

A pesquisa foi qualitativa, com a realização de um mapeamento das escolas que trabalham com a EA, estudo documental da política pública de EA do município, a relação desta com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estudo bibliográfico. Nossas análises, foram baseadas nos estudos da legislação em vigor e nas obras de Freire (2002; 2007), Higuchi (2004; 2012; 2014), Loureiro (2004; 2006; 2009), e Reigota (1994; 2007).

Referencial Teórico

Pesquisar Educação Ambiental, nos faz refletir sobre o que é a educação, como destaca Brandão (1993), a educação é um ato cotidiano que ocorre em qualquer lugar e a tempo todo, nos mais variados espaços. É produzida e reproduzida entre todos os tipos de sociedades existentes, para a manutenção das mesmas. A ideia recorrente da sociedade contemporânea sobre educação, é uma ideia construída ao longo dos tempos, decorrente principalmente das mudanças ocorridas no modelo de produção das sociedades.

Nesse sentido, a concepção de educação discutida por Brandão (1993), se aproxima da concepção de EA que Reigota (1994) preconiza, no sentido de que esta também ocorre em todos os lugares e a todo o momento. Como um ato educativo reflexivo, para Reigota (1994) a EA deve visar a formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes, na promoção de uma educação política libertadora como ratifica Freire (2002) em termos da intencionalidade do ato educativo libertador, que tira as vendas da alienação. Sobre o entendimento sobre educação Loureiro (2004a, p.16), destaca:

A educação não é o único, mas certamente é um dos meios de atuação pelos quais nos realizamos como seres em sociedade – ao propiciarmos vivências de percepção sensível e tomarmos ciência das condições materiais de existência; ao exercitarmos nossa capacidade de definirmos conjuntamente os melhores caminhos para a sustentabilidade da vida; e ao favorecermos a produção de novos conhecimentos que nos permitam refletir criticamente sobre o que fazemos no cotidiano.

Reigota (1994), chama a atenção para a busca de um entendimento mais amplo sobre as nossas conseqüentes ações cotidianas, destacando que a EA como uma ação global, onde cada pessoa desenvolve um papel importante e, ao se dá conta da realidade universal ao qual está inserido, pode e deve produzir pensamentos e ações conscientes como construtor do meio no qual vive.

Reigota (2007), realizou um estudo do estado da arte nas produções em EA referente ao período de 1984 a 2002, chegando à conclusão que, mesmo havendo uma quantidade significativa de pesquisas em EA, as mesmas estavam mais voltadas para a área de pós-graduação em educação, levando-o a chamar a atenção para a necessidade de se ampliar, estimular e diversificar a pesquisa em

educação ambiental nos Programas de Pós-graduação (em qualquer área) e se intensificar os intercâmbios internacionais nos quais os pesquisadores brasileiros possam dialogar com os seus pares e vivenciar outros contextos políticos, culturais, sociais, educacionais e ecológicos. Destacou também a necessidade de estímulo a difusão da produção brasileira para que os pesquisadores possam ampliar a sua participação e influência (inter)nacional na definição de políticas públicas para a EA, linhas de pesquisa e docência sobre o tema, o que já vem gradativamente ocorrendo.

Em 2008, Lorenzetti realizou um trabalho que analisa um conjunto de dissertações e teses sobre EA defendidas no Brasil, no período de 1981 a 2003, identificando grupos de pesquisadores e professores que têm distintos pressupostos, concepções e práticas sobre EA. Os resultados demonstraram que a pesquisa em EA no Brasil é objeto de investigação em todas as áreas do conhecimento e que a EA é uma área de pesquisa que já se consolidou no Brasil, seja pelo número de trabalhos desenvolvidos, pelas temáticas, abordagens e referenciais teóricos enfatizados.

Em relação aos fundamentos legais da EA no Brasil, a constituição Federal (BRASIL, 1988), fala sobre a EA em seu art. 225, inciso VI, quando aludi ser dever do Poder Público na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. No mesmo sentido, a Lei 6938/81 traz como um dos seus princípios a implementação da EA a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

A EA, estabelecida na lei nº. 9.795, de 27/04/1999, é considerada como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A PNEA, envolve oficialmente em suas ações os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), escolas públicas e privadas, os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e organizações não governamentais que atuam com EA, porém as leis e organismos oficiais do governo, por si só não garantem uma prática efetiva em EA.

No Amazonas, foi instituído uma Comissão Interinstitucional de EA (CIEA) por meio do Decreto nº 25.043/2005, no entanto, esta ação política não garantiu um bom desenvolvimento da EA. Os estudos sobre a EA no estado, mostram várias produções científicas a partir de pesquisas sobre as Unidades de Conservação, Manejo de recursos florestais, conservação de quelônios e jogos educativos entre outros.

Em 2012, a pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e coordenadora do Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental do próprio instituto, Maria Inês Gasparetto Higuchi publicou o livro “A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental”. O material teórico vem tentar sanar o problema da ausência de material didático de conteúdo científico de fácil entendimento aos docentes, servindo de subsídio aos professores do ensino médio em diante. Higuchi (2012, p. 7), destaca que:

[...] a força descritiva do livro permite aproximar o leitor do objeto de estudo e assim estabelecer conexão com a realidade pensada e

vivida e, que as vivências com e na natureza podem contribuir afetiva e cognitivamente para que haja maior respeito e cuidado para com o ambiente.

Loureiro (2004b), aponta para uma EA transformadora, que tem sua base em Freire com os ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado à educação, na qual incorpora em sua discussão, a degradação ambiental e humana. Carvalho (2004) observa que a EA crítica, pode levar o indivíduo a transformar valores e atitudes por meio da capacidade de problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas. Para Tozoni-Reis (2007) e Loureiro et al (2009), a pedagogia crítica no Brasil só é compreendida a partir da leitura de Freire e Saviani.

Para Higuchi et al (2004, p. 63), “os problemas ambientais vivenciados atualmente exigem que a sociedade reveja e repense as bases de sustentação do planeta. Nesse contexto a EA se constitui um elemento promotor de mudanças de comportamentos visando à formação de uma nova cidadania ambiental”.

Um aspecto importante para o trabalho em EA é destacado por Higuchi et al (2004), a importância do conhecimento das teorias, conceitos e representações sobre o tema com o qual se pretende trabalhar, bem como, compreender como as pessoas pensam, aprendem e agem no meio em que vivem. Para a autora, a escola é um espaço de interação, onde muitas crianças e adolescentes passam boa parte do seu dia, portanto, um espaço privilegiado para construção de novas aprendizagens e de cidadania.

Há que se considerar, os aspectos teóricos em consonância com os aspectos metodológicos e recursos pedagógicos que possam estimular a EA. O LAPSEA do INPA, criou o *Ecoethos* da Amazônia, uma plataforma de EA com o princípio simulador das consequências de nosso comportamento ambiental cotidiano a partir de um conjunto de experiências. O *Ecoethos* representa uma ferramenta pedagógica, uma experiência prazerosa e construtora de conhecimentos em EA a ser expandida.

O desafio é estabelecer uma EA crítica e inovadora, capaz de realizar uma mudança no nosso modo de ver e atuar no ambiente no qual vivemos que é uma relação imbricada do natural e social. Sua abordagem precisa nortear-se em uma perspectiva holística de ação, envolvendo o ser humano e a natureza, com uma compreensão de que os recursos naturais são finitos e o principal responsável pela sua degradação é o próprio ser humano. Ao degradar o ambiente onde vive e dele retira a manutenção da sua existência, o ser humano está agredindo a si próprio e colocando em risco a vida de inúmeros seres vivos.

Procedimentos Metodológicos

O estudo se consistiu em uma pesquisa qualitativa no qual realizamos uma identificação da política pública em EA de Parintins por meio do estudo de registros oficiais da cidade, fazendo a relação destes com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o contexto local, bem como coletamos informações sobre a política de EA e identificação das escolas que trabalham com EA para procedermos a análise.

Os dados coletados foram analisados a partir do referencial teórico estudado. Esperamos contribuir com a discussão em torno tanto da EA formal como das questões socioambientais existentes no município. Nosso trabalho é científico em

ambiente amazônico, enfocando a EA como meio que pode levar o ser humano a refletir e mudar sua conduta sobre suas ações predatórias e insustentáveis do ponto de vista social e ambiental. A área de estudo foi a cidade de Parintins no estado do Amazonas.

Discussão

Parintins é uma cidade conhecida internacionalmente em razão do seu folclore popular, projetados por meio do seu festival dos bois bumbás Garantido e Caprichoso. É um município com inúmeras belezas naturais, formado por um conjunto de ilhas, mas também com vários problemas sociais e ambientais, principalmente no que diz respeito à política de destinação e tratamento dos resíduos sólidos e líquidos e, com a ausência de uma política e ações de EA verdadeiramente efetivas, capazes de promover a construção de uma cidadania ambiental coerente e condizente com os princípios da ética, da democracia e da emancipação, capaz de possibilitar mudança de comportamento degradante do ponto de vista ambiental.

As ações cotidianas acabam levando a um agravamento dos problemas ambientais que Parintins possui. É comum nas escolas o grande descarte de papéis, plásticos e outros materiais utilizados nos processos educativos, bem como o armazenamento único dos resíduos sólidos. As crianças, jovens e adultos reproduzem o que estão habituadas a vivenciar. Nesse sentido, podemos pensar em reverter os impactos ambientais existentes na cidade por meio de uma EA que possibilite uma nova compreensão e relação com os recursos naturais com o qual convivemos em meia a um espaço socioambiental. Dessa forma, a escola é um espaço privilegiado onde podemos trabalhar essa educação.

O município, é polo da mesorregião conhecida como Baixo Amazonas, com 102.033 mil habitantes (IBGE, 2010), a cidade é a segunda mais populosa do estado. Em 2015, conforme censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de matrículas iniciais na rede estadual em Parintins foi de catorze mil quinhentos e cinquenta e um (14.551), sendo três mil duzentos e sessenta e quatro (3.264) do Ensino Fundamental Anos Iniciais; quatro mil quinhentos e sessenta e sete (4567) do Ensino Fundamental – Anos Finais e, seis mil setecentos e vinte (6.720) do ensino médio.

As matrículas iniciais da rede municipal foram de dezessete mil duzentos e dezenove (17.219), sendo quatro mil seiscentos e setenta e duas (4.672) da Educação Infantil; sete mil seiscentos e setenta e sete (7677) do Ensino Fundamental Anos Iniciais e, quatro mil oitocentos e setenta (4.870) do Ensino Fundamental Anos Finais (INEP, 2015).

As escolas estaduais e municipais desenvolvem atividades de EA, algumas com projetos e ações já contemplados nos seus planejamentos anuais e nos seus Projetos Políticos Pedagógicos, outras de maneira mais pontual com referência a datas e eventos que se relacionam com a temática.

Os termos como Desenvolvimento Sustentável; Agenda 21; Meio Ambiente; Sustentabilidade; Coleta Seletiva; Reciclagem; Reutilização são comumente utilizados no espaço escolar, mas para além dos conceitos, se faz necessário uma prática, ou melhor dizendo, uma práxis, para que ocorra mudanças de pensamento, comportamento e relacionamento entre o ser humano e o ambiente natural.

A EA no município de Parintins é fundamental no sentido de construir um meio possível de resolver a médio e longo prazo, os problemas ambientais que a cidade enfrenta, gerado não somente pela omissão do estado, mas também agravados com práticas recorrentes degradadoras do ambiente provocadas pela ação antrópica da população de maneira geral.

Considerações Finais

Existem ações de EA nas escolas do município de Parintins, sendo necessário uma reflexão sobre as mesmas e o aporte teórico-pedagógico que as conduzem. Consideramos pertinente o esforço educativo das instituições educacionais onde a EA vem sendo realizada, porém é necessário transformações ou mesmo mudanças no currículo, na organização dos processos pedagógicos e formação docente.

As escolas têm iniciativas voltadas a EA, o discurso em torno da questão ambiental existe, mas ainda é um desafio as mudanças no modo como as pessoas veem, percebem e se relacionam com o ambiente e seus recursos naturais. O cenário de degradação ambiental que o município vive é grave, gerando riscos sociais, ambientais, econômicos e culturais a todos.

É fundamental que as ações educativas em EA sejam realizadas em todas as instituições educacionais do município, sendo necessário também uma reflexão crítica sobre o currículo, a formação docente e, a política de EA que vem sendo desenvolvida no enfrentamento dos problemas socioambientais existentes na cidade.

A EA pode ser o meio que oferece possibilidades para se não reverter, ao menos minimizar as consequências das ações degradantes em relação ao ambiente no qual vivemos. Os conhecimentos podem ser trabalhados nas escolas como instrumentos que possibilitem a mudança no modo de conceber e se relacionar com os recursos naturais em meio ao ambiente social.

Referências

AMAZONAS. Decreto nº 25.043, de 01 de junho de 2005. **Institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Amazonas e dá outras providências**. Diário Oficial do estado do Amazonas, 02 de junho de 2005, p. 3. Manaus-AM, 2005.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1993.

BRANCO, A. **Educação para o desenvolvimento sustentável e educação ambiental**. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1069&class=02>> Acesso em: 16/08/2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

_____. MMA (1999) Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília: MMA/SBF, 1999.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P.P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2007.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.

FURTADO, J. D. Os caminhos da educação ambiental nos espaços formais de ensino-aprendizagem: qual o papel da política nacional de educação ambiental? **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental PPGA/FURG-RS**. v. 22, janeiro a julho de 2009.

HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G. C. (Orgs.). **Ecoethos da Amazônia: Problemáticas socioambientais para um pensar e agir responsável**. Manaus: Editora do INPA, 2014.

HIGUCHI, M. I. G.; HIGUCHI, N. **A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental**. 2. ed. rev. e ampl. --- Manaus: [s.n.], 2012.

HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G. C. Educação como processo na construção da cidadania ambiental. **Revista brasileira de educação ambiental**. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Informações Estatísticas**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 23/08/2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo escolar 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-em-educacao-integral-apresentam-crescimento-de-41-2>. Acesso em: 5/02/2016.

LORENZETTI, L. **Estilos de pensamento em educação ambiental: uma análise a partir das dissertações e teses**. Tese de doutorado do PPG em Educação Científica e Tecnológica da UFSC. Orientador: Prof. Dr. Demétrio Delizoicov, Florianópolis-SC, 2008.

LOUREIRO, C. F. B. **Educar, participar e transformar em educação ambiental**. **Revista brasileira de educação ambiental**. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental. – n.0 (nov.2004), 2004a.

_____. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, P.P. (Coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004b.

LOUREIRO, C. F. B. et al. Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica. **Cad. CEDES**, v.29, n.77, Campinas jan./abr. 2009.

LUCA, A. Q. **Uma análise de discurso da política pública federal de educação ambiental**. Tese de doutorado em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-04112013-104411/>>. Acesso em: 03/09/2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed., 7 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

REIGOTA M. O Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.2, n.1, pp. 33-66, 2007.

_____. **O que é educação ambiental?** Tatuapé: Brasiliense, 1994.

SAVIANI, D. **A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

TOZONI-REIS, M. F. C. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: Carlos Frederico Bernardo Loureiro. (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Quartet, v.1, 2007, p. 177-222.